

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2022/FME

PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 010/2022/FME

PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº 007/2022/FME

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.074.663/0001-37, com sede no endereço: Rua Carlos De Brito nº 26, Prado-Pesqueira/PE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representado neste ato pelo Secretário Sr. **THIAGO TORRES DE LIMA**, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 056.936.424-88. e RG 7.054.639 SDS/PE - domiciliado na Rua José Nepomuceno das Neves, N ° 180, Centro Pesqueira - PE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2022, publicada no dia 03/03/2022, processo administrativo nº 010/2022, RESOLVE registrar os preços da empresa JAD ARAÚJO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.072.308/0008-20, com sede no bairro Vila Anápolis- S/N- ROD BR 232, representada pelo Senhor José Airon Duarte De Araújo, casado, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 193.944.464-00 e RG 1987158 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua Hisbelo Jatobá, Nº 111, Centro- Poção-PE. Indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, fluidos e filtros de ar, para atender demanda da Secretaria de Educação, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 007/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem em planilha anexa:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRENS.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	OLEO PARA MOTOR EXTRA TURBO - GALÃO DE 20L	Galão	LUBRAX	30	R\$ 449,00	R\$ 13.470,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2	OLEO MOTOR GASOLINA SINTETICO 5W30VAL /1L	L	LUBRAX	30	R\$ 34,00	R\$ 1.020,00
3	OLEO MOTOR GASOLINA SINTETTICO 5W40 1L	L	LUBRAX	30	R\$ 31,00	R\$ 930,00
4	OLEO INDIE MOTO 1L /	L	LUBRAX	30	R\$ 26,00	R\$ 780,00
5	OLEO ARLA BALDE-Galão 20L /	Gal ão	PETROBR AS	20	R\$ 92,00	R\$ 1.840,00
6	GRAXA PARA PINO BALDE 20KG	Bal de	UNI	10	R\$ 592,00	R\$ 5.920,00
7	OLEO PARA CAIXA DE MARCHA DIFERENCIAL /90 B20L - Galão de 20 litros	Gal ão	LUBRAX	30	R\$ 617,00	R\$ 18.510,0 0
8	OLEO HIDRAULICO 68 BALDE	Bal de	UNI	30	R\$ 414,00	R\$ 12.420,0 0
9	OLEO DE FREIOS DOT3 500ML	Uni d	LUBRAX	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
10	OLEO DE FREIOS DOT4 500ML	Uni d	LUBRAX	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
11	ADITIVO VERDE RADIADOR 1L	L	STP	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00
12	ADITIVO PARA RADIADOR MOTOR A DIESEL 500ML	Uni d	STP	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
13	WHITE LUB	Uni d	STP	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
14	ADITIVO ANTECORROSIVO	Uni d	STP	20	R\$ 38,00	R\$ 760,00
15	OLEO ATF 1L	L	LUBRAX	20	R\$	R\$

					44,00	880,00
16	<i>OLEO SAE 50 BALDE 1L</i>	<i>L</i>	LUBRAX	<i>10</i>	R\$ 579,00	R\$ 5.790,00
17	<i>TRN 4 80 1L</i>	<i>L</i>	LUBRAX	<i>40</i>	R\$ 31,00	R\$ 1.240,00
18	<i>TRN 5 90 1L</i>	<i>L</i>	LUBRAX	<i>95</i>	R\$ 38,00	R\$ 3.610,00
19	<i>LUBRIFICANTE ATF STP</i>	<i>L</i>	STP	<i>45</i>	R\$ 30,00	R\$ 1.350,00
20	<i>FILTRO HIDRA PH346</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>50</i>	R\$ 14,00	R\$ 700,00
21	<i>FILTRO LUBRI PSL283</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>10</i>	R\$ 89,00	R\$ 890,00
22	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 706</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>10</i>	R\$ 153,00	R\$ 1.530,00
23	<i>FILTRO DE AR INT AS820</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>20</i>	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
24	<i>FILTRO DE AR EXT AP7998</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>20</i>	R\$ 114,00	R\$ 2.280,00
25	<i>FILTRO DE DESUMIFICADOR DSF0202</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>20</i>	R\$ 136,00	R\$ 2.720,00
26	<i>FILTRO DE OLEO W1160</i>	<i>Uni d</i>	MANN	<i>10</i>	R\$ 116,00	R\$ 1.160,00
27	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD960/1</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>30</i>	R\$ 61,00	R\$ 1.830,00
28	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD970/1</i>	<i>Uni d</i>	TECFIL	<i>30</i>	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
29	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL RACORR9010M /</i>	<i>Uni d</i>	RACOR	<i>30</i>	R\$ 145,00	R\$ 4.350,00
30	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL REC153 /</i>	<i>Uni d</i>	RACOR	<i>30</i>	R\$ 132,00	R\$ 3.960,00
31	<i>FILTRO DE COMBUSTIVEL P550904</i>	<i>Uni d</i>	DONALDS ON	<i>10</i>	R\$ 230,00	R\$ 2.300,00

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

32	FILTRO DE LUBRIFICANTE PSL655	Unid	TECFIL	10	R\$ 81,00	R\$ 810,00
33	FILTRO ARS58236	Unid	TECFIL	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
34	FILTRO COMBUSTÍVEL R6010MJ	Unid	RACOR	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
35	FILTRO PSC 353	Unid	TECFIL	10	R\$ 102,00	R\$ 1.020,00
36	FILTRO DE AR ASR234	Unid	TECFIL	10	R\$ 122,00	R\$ 1.220,00
37	FILTRO DE AR ARS8234	Unid	TECFIL	10	R\$ 115,00	R\$ 1.150,00
38	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC455	Unid	TECFIL	10	R\$ 81,00	R\$ 810,00
39	FILTRO DE AR INT ASR203	Unid	TECFIL	10	R\$ 55,00	R\$ 550,00
40	FILTRO DE EXT ASR3003	Unid	TECFIL	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
41	FILTRO LUBRIFICANTE PSL340	Unid	TECFIL	10	R\$ 82,00	R\$ 820,00
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC498	Unid	TECFIL	10	R\$ 78,00	R\$ 780,00
43	FILTRO DE AR COND ACP 131	Unid	TECFIL	10	R\$ 22,00	R\$ 220,00
44	FILTRO W6MULT20	Unid	MANN	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
45	FILTRO DE OLEO WK58	Unid	MANN	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
46	FILTRO DE AR ARS 1029	Unid	TECFIL	6	R\$ 55,00	R\$ 330,00
47	FILTRO DE OLEO W7MULTI/18	Unid	MANN	6	R\$ 24,00	R\$ 144,00
48	FILTRO DE AR ARL 8829	Unid	TECFIL	6	R\$ 53,00	R\$ 318,00
49	FILTRO DE AR COND ACP126	Unid	TECFIL	6	R\$ 39,00	R\$ 234,00

50	FILTRO DE AR COND ACP014	Uni d	TECFIL	6	R\$ 42,00	R\$ 252,00
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL PEC3041	Uni d	TECFIL	6	R\$ 155,00	R\$ 930,00
52	FILTRO DE AR ARS 1015	Uni d	TECFIL	6	R\$ 145,00	R\$ 870,00
53	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 657	Uni d	TECFIL	6	R\$ 40,00	R\$ 240,00
54	FILTRO LUBRIFICANTE PEL119	Uni d	TECFIL	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00
55	FILTRO DE AR ARL4154	Uni d	TECFIL	6	R\$ 40,00	R\$ 240,00
56	ÓLEO EXTREMO 1 L	L	LUBRAX	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
57	FILTRO COMB. R120LJ	Uni d	RACOR	10	R\$ 155,00	R\$ 1.550,00
58	FILTRO ÓLEO PSL962	Uni d	TECFIL	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
59	FILTRO AR INT. ASR 839	Uni d	TECFIL	20	R\$ 73,00	R\$ 1.460,00
60	FILTRO AR EXT. ARS 9839	Uni d	TECFIL	20	R\$ 137,00	R\$ 2.740,00
VALOR GLOBAL						R\$ 122.658, 00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que

couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades municipais, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública municipal da utilização da ata de registro de preços.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
 - 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão *gerenciador* somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura das partes, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações

AV. Cel Carlos de Brito-S/N-Prado-Pesqueira/PE

Email: cpleducacaopesqueira@gmail.com – fone: (87) 3835-8708

dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*

8.3.1. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Pesqueira-PE, 01 de Abril de 2022

THIAGO TORRES DE LIMA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
CNPJ/MF sob o nº 06.074.663/0001-37
CONTRATANTE

JAD ARAÚJO & CIA LTDA
CNPJ sob o nº 08.072.308/0008-20
José Airon Duarte De Araújo
193.944.464-00

CONTRATO Nº 082/LIC/2022/FME	
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2022/FME	
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2022/FME	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2022/FME

CONTRATO DE COMPRA Nº 082/LIC/2022/FME, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA JAD ARAÚJO & CIA LTDA NA FORMA DA LEI.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.074.663/0001-37, com sede no endereço: Rua Carlos De Brito nº 26, Prado-Pesqueira/PE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representado neste ato pelo Secretário Sr. **THIAGO TORRES DE LIMA**, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 056.936.424-88. e RG 7.054.639 SDS/PE - domiciliado na Rua José Nepomuceno das Neves, N ° 180, Centro Pesqueira - PE aqui denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **JAD ARAÚJO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.072.308/0008-20, com sede no bairro Vila Anápolis- S/N- ROD BR 232, representada pelo Senhor José **AIRON DUARTE DE ARAÚJO**, casado, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 193.944.464-00 e RG 1987158 SSP-PE, residente e domiciliado na Rua Hisbelo Jatobá, Nº 111, Centro- Poção-PE daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, , têm por si justo e acordado, celebrar o presente Contrato de fornecimento, tendo em vista o Processo Licitatório nº 010/2022- modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2022, homologado em 03 / 03 / 2022, que se regerá pelos seguintes fundamentos legais: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, além de, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e demais legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições a seguir:.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição parcelada de óleos lubrificantes, hidráulicos, fluidos e filtros de ar em atendimento a demanda da Secretaria de Educação do Município de Pesqueira-PE, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. **Discriminação do objeto:**

ITEM	DESCRIÇÃO	APRENS.	MARCA	QUANT	QUANT.	VALOR U
------	-----------	---------	-------	-------	--------	---------

1	OLEO PARA MOTOR EXTRA TURBO - GALÃO DE 20L	Galão	LUBRAX	15	30	R\$
2	OLEO MOTOR GASOLINA SINTETICO 5W30VAL /1L	L	LUBRAX	15	30	R\$
3	OLEO MOTOR GASOLINA SINTETTICO 5W40 1L	L	LUBRAX	15	30	R\$
4	OLEO INDIE MOTO 1L /	L	LUBRAX	15	30	R\$
5	OLEO ARLA BALDE- Galão 20L /	Galão	PETROBRAS	10	20	R\$
6	GRAXA PARA PINO BALDE 20KG	Balde	UNI	5	10	R\$
7	OLEO PARA CAIXA DE MARCHA DIFERENCIAL /90 B20L - Galão de 20 litros	Galão	LUBRAX	15	30	R\$
8	OLEO HIDRAULICO 68 BALDE	Balde	UNI	15	30	R\$
9	OLEO DE FREIOS DOT3 500ML	Unid	LUBRAX	10	20	R\$
10	OLEO DE FREIOS DOT4 500ML	Unid	LUBRAX	15	30	R\$
11	ADITIVO VERDE RADIADOR 1L	L	STP	5	10	R\$
12	ADITIVO PARA RADIADOR MOTOR A DIESEL 500ML	Unid	STP	5	10	R\$
13	WHITE LUB	Unid	STP	15	30	R\$

14	ADITIVO ANTECORROSIVO	Unid	STP	10	20	R\$
15	OLEO ATF 1L	L	LUBRAX	10	20	R\$
16	OLEO SAE 50 BALDE 1L	L	LUBRAX	5	10	R\$
17	TRN 4 80 1L	L	LUBRAX	20	40	R\$
18	TRN 5 90 1L	L	LUBRAX	47,5	95	R\$
19	LUBRIFICANTE ATF STP	L	STP	22,5	45	R\$
20	FILTRO HIDRA PH346	Unid	TECFIL	25	50	R\$
21	FILTRO LUBRI PSL283	Unid	TECFIL	5	10	R\$
22	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC 706	Unid	TECFIL	5	10	R\$
23	FILTRO DE AR INT AS820	Unid	TECFIL	10	20	R\$
24	FILTRO DE AR EXT AP7998	Unid	TECFIL	10	20	R\$
25	FILTRO DE DESUMIFICADOR DSF0202	Unid	TECFIL	10	20	R\$
26	FILTRO DE OLEO W1160	Unid	MANN	5	10	R\$
27	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD960/1	Unid	TECFIL	15	30	R\$
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSD970/1	Unid	TECFIL	15	30	R\$
29	FILTRO DE COMBUSTIVEL RACORR9010M /	Unid	RACOR	15	30	R\$
30	FILTRO DE COMBUSTIVEL REC153 /	Unid	RACOR	15	30	R\$

31	FILTRO DE COMBUSTIVEL P550904	Unid	DONALDSON	5	10	R\$
32	FILTRO DE LUBRIFICANTE PSL655	Unid	TECFIL	5	10	R\$
33	FILTRO ARS58236	Unid	TECFIL	5	10	R\$
34	FILTRO COMBUSTÍVEL R6010MJ	Unid	RACOR	5	10	R\$
35	FILTRO PSC 353	Unid	TECFIL	5	10	R\$
36	FILTRO DE AR ASR234	Unid	TECFIL	5	10	R\$
37	FILTRO DE AR ARS8234	Unid	TECFIL	5	10	R\$
38	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC455	Unid	TECFIL	5	10	R\$
39	FILTRO DE AR INT ASR203	Unid	TECFIL	5	10	R\$
40	FILTRO DE EXT ASR3003	Unid	TECFIL	5	10	R\$
41	FILTRO LUBRIFICANTE PSL340	Unid	TECFIL	5	10	R\$
42	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC498	Unid	TECFIL	5	10	R\$
43	FILTRO DE AR COND ACP 131	Unid	TECFIL	5	10	R\$
44	FILTRO W6MULT20	Unid	MANN	5	10	R\$
45	FILTRO DE OLEO WK58	Unid	MANN	5	10	R\$
46	FILTRO DE AR ARS 1029	Unid	TECFIL	3	6	R\$
47	FILTRO DE OLEO W7MULT/18	Unid	MANN	3	6	R\$
48	FILTRO DE AR ARL 8829	Unid	TECFIL	3	6	R\$

49	FILTRO DE AR COND ACPI26	Unid	TECFIL	3	6	R\$
50	FILTRO DE AR COND ACP014	Unid	TECFIL	3	6	R\$
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL PEC3041	Unid	TECFIL	3	6	R\$
52	FILTRO DE AR ARS 1015	Unid	TECFIL	3	6	R\$
53	FILTRO LUBRIFICANTE PSL 657	Unid	TECFIL	3	6	R\$
54	FILTRO LUBRIFICANTE PEL119	Unid	TECFIL	3	6	R\$
55	FILTRO DE AR ARL4154	Unid	TECFIL	3	6	R\$
56	ÓLEO EXTREMO 1 L	L	LUBRAX	50	100	R\$
57	FILTRO COMB. R120LJ	Unid	RACOR	5	10	R\$
58	FILTRO ÓLEO PSL962	Unid	TECFIL	5	10	R\$
59	FILTRO AR INT. ASR 839	Unid	TECFIL	10	20	R\$
60	FILTRO AR EXT. ARS 9839	Unid	TECFIL	10	20	R\$
VALOR GLOBAL						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 03/03/2022 e encerramento em 31/12/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 61.329,00**(sessenta e um mil, trezentos e vinte e nove reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO 380

15.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

15.005 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB

1236112042.095 - Manutenção das atividades gerais do programa de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte : 540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos

DOTAÇÃO 970

15.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

15.002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO

Ação : 1236512032.086 - Oferta de transporte escolar de qualidade e apoio ao PNATE - Ensino Infantil

Despesa : 33903000 - Material de Consumo

Fonte : 500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

~~5.2.~~ Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00029452, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(10,75/100)}{365} \quad I = 0,00029452$$

TX = Percentual da taxa anual = 10,75%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias, contados do(a) a partir de solicitação do órgão gestor, no seguinte endereço (Setor de compras/Almoxarifado).

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

O objeto desta licitação será fiscalizado:

I - Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Boletim de Acompanhamento de fornecimento, que será emitido mensalmente **pelo Fiscal de contratos o Sr. José Thiago Aquino Guimarães, CPF: 079.834.114-99 e Matrícula N° 707884**, assinado pelas partes em até 04 (quatro) dias após o encerramento do mês;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.4.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

10.4.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.4.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

- 11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. impedimento de licitar e contratar com o Fundo Municipal de Educação e com o consequente descredenciamento no Cadasro de Fornecedores do Município pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração Municipal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas em Diário Oficial.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos

e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Pesqueira-PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pesqueira-PE, 01 de Abril de 2022

THIAGO TORRES DE LIMA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
CNPJ/MF sob o nº 06.074.663/0001-37
CONTRATANTE

JAD ARAÚJO & CIA LTDA
CNPJ sob o nº 08.072.308/0008-20
José Airon Duarte De Araújo
CPF: 193.944.464-00
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

